

A Questão da Vida no Pensamento de Michel Foucault

[The Question of Life in Michel Foucault's Thought]

Davi de Conti*

Resumo: Uma investigação acerca do conceito da vida na obra de Michel Foucault leva tanto a um entendimento mais preciso do desenvolvimento de sua obra quanto à elaboração de um olhar crítico a respeito de interpretações recentes de seu pensamento, crítico sobretudo em relação às leituras do conceito de biopolítica que oscilam entre uma interpretação positiva e uma interpretação negativa desse conceito. As análises desse termo, que proliferaram entre as recentes leituras da obra de Foucault, parecem ressentir-se de uma compreensão mais apurada do problema da vida, de que resulta em larga medida a própria acuidade das reflexões foucaultianas acerca do biopoder. O que sobretudo orienta esta breve e incipiente reflexão a respeito da noção de vida em Foucault é tanto a constatação de Muhle (2021) de que Foucault não atribui um estatuto ontológico para a noção de vida e de que essa vida é tanto objeto (*Gegenstand*) quanto modelo de funcionamento do biopoder (*Funktionsmodell*), quanto a suposição de Mauer (2015) de que Foucault se volta para a noção de vida para, assim, desviar-se do conceito de homem, i.e., do humanismo. Essas duas hipóteses nos auxiliam não somente a lançar luz sobre a elaboração do conjunto do pensamento de Foucault, particularmente a respeito do biopoder, como também sobre as recentes leituras relativas à noção de biopolítica.

Palavras-chave: Vida. Biopoder. Homem. Foucault.

Abstract: An investigation into the concept of life in Michel Foucault's work leads both to a more precise understanding of the development of his work and to the elaboration of a critical look at recent interpretations of his thought, especially in relation to the readings of the concept of biopolitics that oscillate between a positive and a negative interpretation of this concept. The analyzes of this term, which have proliferated among recent readings of Foucault's work, seem to lack a more accurate understanding of the problem of life, from which largely results the very acuity of Foucault's reflections on biopower. What above all guides this brief and incipient reflection on Foucault's notion of life is Muhle's (2021) finding that Foucault does not attribute an ontological status to the notion of life and that this life plays a double role (*Gegenstand* and *Funktionsmodell*) regarding its implication in biopower, as well as Mauer's assumption (2015) that Foucault turns to the notion of life in order to deviate from the concept of man, i.e., from humanism. These two hypotheses help us not only to shed light on the elaboration of Foucault's thought as a whole, particularly with regard to biopower, but also on recent readings of the notion of biopolitics.

Keywords: Life. Biopower. Man. Foucault.

*Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente realiza doutorado em Filosofia na UFG. E-mail: decontidavi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4351-7053>.

Em “A imanência absoluta”, artigo publicado em 1996, Giorgio Agamben antecipa a retomada de interesse da filosofia contemporânea pelo tema da vida. Conforme o filósofo italiano:

Por uma coincidência singular, o último texto que Michel Foucault e Gilles Deleuze publicaram antes de morrer tem como ponto central, em ambos os casos, o conceito de vida. O significado desta coincidência testamentária [...] implica a enunciação de um legado que concerne inequivocamente à filosofia que vem. Esta, se o quiser acolher, deverá partir daquele conceito de vida em direção ao qual o gesto extremo dos dois filósofos indicava. (AGAMBEN, [1996] 2000, p. 169 *apud*. MAUER, 2015, p. 9)

Profetizada por Agamben, a renovada importância do problema da vida se observa sobretudo na profusão de obras relativas ao conceito foucaultiano de biopolítica. Essa abundância de trabalhos a respeito do uso foucaultiano da noção de biopolítica contrasta, todavia, com a quase ausência de textos consagrados ao conceito de vida no pensamento do filósofo. Essa carência na literatura bem como a centralidade dessa noção para uma interpretação mais precisa do conceito de biopolítica foucaultiano encorajam-nos a examinar o desenvolvimento desse termo em seus escritos. Esse exame, como veremos, leva tanto ao afloramento de um novo olhar sobre seu pensamento quanto à emergência de um sentido de unidade, que tantas vezes escapa às análises de sua obra¹.

A questão da vida, como se sabe, inaugura-se ainda em seus primeiros textos, os quais compõem a etapa arqueológica de seu trabalho². Em *O nascimento da clínica* (1963), assim como em *As palavras e as coisas* (1966), Foucault tematiza a emergência da vida que está na origem da passagem da história natural para a biologia. Essa transformação que leva da história natural à biologia é um dos elementos da cesura epistêmica que, segundo o filósofo, ocorre por volta de 1800 e constitui o dealbar da modernidade e o fim do reino clássico da representação. No texto intitulado “A genealogy of biopolitics: the notion of life in

¹Se Foucault, por um lado, não consagra quaisquer de suas obras integralmente à questão da vida, por outro, ele considera essa noção de maneira esparsa ao longo de todo seu trabalho. Como veremos, a investigação a respeito dos sentidos conferidos a esse termo no interior de sua obra, bem como acerca do modo como se articulam essas formulações, lança nova luz tanto sobre o arranjo de sua investigação como sobre as recentes interpretações de seu conceito de biopolítica.

²Etapa em que Foucault busca iluminar “as condições de emergência dos discursos de saber de uma dada época” (REVEL, 2005, p. 16), em que, como bem define Manuel Mauer, em *Foucault et le problème de la vie*, busca-se “elucidar a ‘experiência da ordem’ e de seus modos de ser, na medida em que essa ‘experiência’ torna possíveis – e ao mesmo tempo contingentes e passageiros – os saberes de uma época” (MAUER, 2015, p. 124, tradução nossa).

Canguilhem and Foucault”³, Maria Muhle ([2014] 2021, pp. 302-303) afirma que essa transição da história natural para a biologia decorre “de um deslocamento arqueológico que introduz a noção de ‘organização’ como fundamental para o estudo do vivente e substitui o ‘tableau’ de história natural pela constitutiva oposição entre o orgânico (o vivente) e o inorgânico”⁴. A biologia, como explica Foucault ([1966] 1985, p. 141), era desconhecida por uma simples razão: “é que a própria vida não existia”.

Se a vida não existia, existiam, no entanto, “os seres vivos” (ibidem), os quais eram classificados a partir do que se observa no campo da visibilidade, que é, para o naturalista, o resíduo de certas exclusões, uma vez que nem tudo que se oferece ao olhar será utilizável para a classificação dos seres vivos. A história natural se torna possível por meio de uma limitação voluntária do campo de experiência: as cores, por exemplo, serão ignoradas, trata-se de uma visibilidade parda, trata-se de ver aquilo que, “na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 148). Esse modo de conhecer – como observa José Ternes em seu artigo intitulado “Conhecimento e vida” (2020) – explica o inicial primado da botânica sobre os outros saberes que se ocupam com os seres vivos. As plantas, como observa o autor (2020, p. 135), revelam-se mais “*dóceis* às normas taxonômicas”.

A transformação da história natural em biologia envolve, como explica Ternes (2020, p. 238), “a substituição do primado do olhar, da *estrutura visível*, pela investigação do invisível, da organização interna dos seres”. O naturalista deveria ocupar-se do visível, que corresponde na Idade Clássica à estrutura do ser vivo, que é dada, como explica Foucault ([1966] 1985, p. 151), por “superfícies e linhas”, e “não por funcionamentos ou invisíveis tecidos” (Ibidem). Esse modo de conhecer do naturalista seria radicalmente transformado a partir de meados do século XVIII:

³Esse texto de Muhle, que compõe a obra *The government of life – Foucault, biopolitics, and neoliberalism* (2014), foi traduzido por mim e publicado, em 2021, pela Revista de Filosofia Aurora com o seguinte título: “Uma genealogia da biopolítica: a noção de vida em Canguilhem e Foucault”. Essa tradução pode ser acessada neste sítio: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.058.TRAD01>

⁴A história natural, de acordo com Foucault ([1977-1978] 2008b, p. 101), “tinha essencialmente por papel e função determinar quais eram as características classificatórias dos seres vivos que possibilitavam reparti-los nesta ou naquela casa da tabela. O que se [produziu] no século XVIII e no início do século XIX foi toda uma série de transformações que fizeram que se passasse das características classificatórias à análise interna do organismo, depois do organismo em sua coerência anatomofuncional às relações constitutivas ou reguladoras desse organismo com o meio de vida”.

Por oposição ao olhar simples que, percorrendo os organismos íntegros, vê desdobrar-se diante de si a profusão de diferenças, a anatomia, recortando realmente os corpos, fracionando-os em parcelas distintas, retalhando-os no espaço, faz surgir as grandes semelhanças que teriam permanecido invisíveis, ela reconstitui as unidades subjacentes às grandes dispersões visíveis. (Ibidem, p. 285)⁵

A vida, para Foucault – como o testemunham as análises sobre Xavier Bichat (1771-1802) em *O nascimento da clínica* (1963) e sobre Georges Cuvier (1769-1832) em *As palavras e as coisas* (1966) –, é uma realidade constituída historicamente, não possui estatuto ontológico e é correlata às constelações de poder saber que definem as condições de possibilidade de discursos e práticas. É a partir de Cuvier ou, mais precisamente, da publicação de *Leçons d'anatomie compare* (1805) no início do século XIX, que a vida – “no que tem de não-perceptível, de puramente funcional” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 283) – fundamentará a possibilidade exterior de uma classificação. Conforme Foucault ([1966] 1985, p. 285), a anatomia faz surgir da desagregação dos corpos, de seu retalhamento, semelhanças imperceptíveis ao olhar simples do naturalista, que “vê desdobrar-se diante de si a profusão das diferenças”.

De acordo com Foucault (1966), a publicação de Cuvier altera o modo como os órgãos eram percebidos na classificação realizada pelos clássicos. O órgão definia-se, na análise dos clássicos, “por sua estrutura e por sua função; era como um sistema de dupla entrada que se podia ler [...] quer a partir do papel que desempenhava (por exemplo, a reprodução), quer a partir de suas variáveis morfológicas (forma, grandeza, disposição e número)” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 279). Cuvier altera essa operação, ele “faz extravasar [...] a função em relação ao órgão e submete a disposição do órgão à soberania da função” (Ibidem). Segundo Foucault ([1966] 1985, p. 280):

A partir de Cuvier, a função, definida sob a forma não-perceptível do efeito a atingir, vai servir de meio-termo constante e permitir relacionar um a outro conjuntos desprovidos da menor identidade visível.

⁵Como observa Foucault: “No lugar de um campo unitário de visibilidade e de ordem cujos elementos têm valor distintivo uns em relação aos outros, tem-se uma série de oposições cujos dois termos não são do mesmo nível: de um lado há os órgãos secundários, que são visíveis à superfície do corpo e se oferecem sem intervenção imediata à percepção, e os órgãos primários, que são essenciais, centrais, ocultos, e que só se podem atingir pela dissecação, isto é, destruindo materialmente o invólucro colorido dos órgãos secundários” (FOUCAULT, 1985, p. 284).

Aquilo que, para o olhar clássico, não passava de puras e simples diferenças justapostas a identidades, deve agora ser ordenado e pensado a partir de uma homogeneidade funcional que o suporta em segredo.

Essa transformação, como observa Foucault, permitirá que, pela primeira vez na história da cultura ocidental, a vida escape “às leis gerais do ser, tal como ele se dá e se analisa na representação” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 294). A vida torna-se uma força fundamental “que se opõe ao ser como o movimento à imobilidade, o tempo ao espaço, o querer secreto à manifestação visível” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 294). A partir de Cuvier – como nota Manuel Mauer (2015, p. 134) em *Foucault et le problème de la vie* –, o vivente designará uma organização que se mantém numa relação ininterrupta com os elementos exteriores que utiliza, pela respiração, pela nutrição, etc., para manter-se e desenvolver-se. Ao passo que a natureza clássica se espalhava por um *tableau* contínuo, homogêneo, unidimensional, inteiramente representável, a vida, na virada do século XIX, refugia-se no enigma de uma força inacessível em sua essência, acessível apenas nos esforços que realiza para se manifestar e se manter.

A vida que emerge a partir das transformações suscitadas por Cuvier em princípios do século XIX é produto também do desenvolvimento da anatomia patológica por Xavier Bichat. A partir da publicação de *Recherches physiologiques sur la vie et la mort* (1799), como ressalta Mauer (2015, p. 142), a doença será percebida como um desvio interior da própria vida. Nessa obra Bichat formula a tese epistemológica de que o conhecimento da vida deve basear-se nos fenômenos mórbidos. A patologia deixa então de ser percebida como algo exógeno ao corpo e que se vincula a ele a partir de seu exterior, porquanto, como ensina Bichat, a doença não passa do próprio corpo se tornando doente. A vida será pensada a partir de sua aptidão para tornar-se doente, isto é, para desviar-se de seu curso natural, para desviar-se da norma. Com Bichat, como sublinha Foucault, “o conhecimento da vida encontra sua origem na destruição da vida” (Foucault, [1963] 1977, p. 167). O maior mérito de Bichat, segundo Maria Muhle ([2014] 2021, p. 308), “consiste em haver reconhecido a produtividade das irregularidades, das falibilidades da vida, em síntese, da ‘dimensão negativa – os valores negativos vitais, como anomalia, doença, morte – para o vivente’”. A vida passa a ser pensada a partir dessa sua capacidade de tornar-se doente, quer dizer, de desviar-se de seu curso natural.

Como ressalta Manuel Mauer (2015), a vida irrompe no berço do evento ar-

queológico que determina o fim do reino clássico da representação e marca o limiar do espaço de saber que é, ainda, em larga medida, o nosso. O deslocamento arqueológico que permite pensar a vida como essencialmente dinâmica, como tensão entre o orgânico e o inorgânico, entre vida e morte, entre autotransgressão e autoconservação, entre o normal e o patológico, essa transformação que abre espaço para o surgimento da biologia e torna a vida estranha ao campo da representação denota, em conjunto com as mudanças que possibilitaram o desenvolvimento da economia e da filologia, não apenas o ocaso da episteme clássica como também a aurora da figura – epistemológica bem como biológica – do homem. De acordo com Foucault ([1966] 1985, p. 32): “Quando a história natural se torna biologia, quando a análise das riquezas se torna economia, quando sobretudo a reflexão sobre a linguagem se faz filologia [...] o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece⁶”. O aparecimento do “homem”⁷ é, portanto, indissociável de um surgimento da vida.

A noção de vida que emerge a partir dos deslocamentos provocados por Cuvier e Bichat impulsiona a transição da história natural para a biologia e é condição de possibilidade tanto para o surgimento da figura moderna do homem quanto para o nascimento da biopolítica. O “homem”, afinal, como explica Foucault, “é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo.” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 404). O “homem” não existia antes do fim do século XVIII, “não havia consciência epistemológica do homem como tal” (FOUCAULT, [1966] 1985, pp. 324-325). A consciência epistemológica a respeito da vida e a invenção do homem são coetâneas. A noção de vida que vem à tona na mencionada rotura epistêmica inclui-se afinal entre as condições de elaboração do homem como ser falante, trabalhador e *vivente*. Essa vida, não obstante, acredita Mauer (2015, p. 10), insere-se precisamente no quadro do projeto político-filosófico foucaultiano de ultrapassagem de um certo humanismo. Para o autor, Foucault almeja contornar o homem passando pela vida, e esse interesse se torna mais

⁶O homem “é [...] essa figura paradoxal onde os conteúdos empíricos do conhecimento liberam, mas a partir de si, as condições que os tornam possíveis (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 338). Esse “estranho duplo empírico-transcendental [...] é um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento” (FOUCAULT, [1966] 1985, p. 334).

⁷ “[...] o homem passa agora a ocupar um lugar central ao converter-se simultaneamente em sujeito (quer dizer, *sub-jectum*, fundamento) de todo saber e, por isso mesmo, no objeto predileto do conhecimento positivo. Kant é quem, a partir da filosofia, conceitualizou esse deslocamento de forma mais acabada: como bem demonstra na *Crítica da razão pura* (1781), na medida em que o real já não cabe na representação, a única forma de salvar o conhecimento objetivo é renunciar à pretensão de alcançar um conhecimento do real em si mesmo e fazer do sujeito a condição universal de toda experiência e de todo saber. O homem se converte assim no protagonista da episteme moderna, em sua dupla condição de sujeito do conhecimento e de objeto por antonomásia, e nesse sentido seria uma invenção relativamente recente” (MAUER, 2021, p. 31, tradução nossa)

evidente em seus trabalhos biopolíticos, em que o homem “aparece [...] de modo algum como fundamento (como é o caso nas teorias políticas contratualistas [...] que partem de uma certa antropologia [...] para deduzir dela uma certa política), mas como efeito de um poder que tem a vida como fim, objeto e modelo” (MAUER, 2015, p. 11, tradução nossa).

Já em *As palavras e as coisas* (1966) – como observa Daniel Liotta (2011, pp. 35-38) no artigo “Foucault: introduction à la critique de l’humanisme” –, Michel Foucault apresenta-se como um resolutivo crítico do “humanismo”. Segundo Liotta (2011), Foucault considera que o humanismo confunde uma certa disposição discursiva com um ser exterior ao discurso e cujo estatuto se deve analisar. Para Mauer (2015, p. 11), ao lançar um olhar crítico sobre o humanismo, Foucault desvia-se do homem como suposto fundamento dos saberes e poderes modernos e se volta para a vida, isto é, para os saberes e poderes que a revestem e a produzem, assim como para aquilo que nela opõe-lhes certa resistência; sem fazer da vida, entretanto, um novo fundamento.

Essa estratégia foucaultiana de contornar o homem passando pela vida se torna mais evidente na fase intermediária de seu pensamento, quando ele se volta para a gênese do biopoder. Deslocar-se do homem-fundamento para a vida-condição sem, no entanto, promovê-la ao posto de novo fundamento é, segundo Mauer (2015, p. 11), o risco em que incorrem os esforços foucaultianos e ao qual decididamente se expõem duas linhas interpretativas de sua obra intermediária que, como nota Maria Muhle ([2014] 2021), ou se apoiam na ideia de uma política moderna ordenada em conformidade com a naturalidade dos corpos individuais, em que a vida biológica aparece como horizonte último de um governo dos homens reduzido a uma simples gestão de sua vida animal, ou invocam a possibilidade de uma resistência aos poderes sobre a vida a partir de uma concepção da vida como potência vital. Manuel Mauer (2015) e Maria Muhle ([2014] 2021) distanciam-se dessas leituras ao considerarem que a noção de vida é simultaneamente objeto e modelo do biopoder.⁸

⁸Se esses autores confluem em conferir uma dupla função à noção de vida no seio do biopoder, distanciam-se no que diz respeito ao tema de uma possível resistência ao biopoder. Ao passo que Muhle acredita que alguns intérpretes de Foucault – ao considerarem a possibilidade de uma vida que fundamente uma resistência, ou seja, de um poder da vida que se oponha a um poder sobre a vida – se equivocam porque são levados a propor algo como um “fora do poder”, Mauer busca evidenciar uma forma possível de resistência ao biopoder na releitura foucaultiana do conceito de vida a partir da noção grega de *bíos*. Antes de considerarmos esse tema de uma possível resistência ao biopoder, voltemo-nos para a importante questão do imbricamento entre vida e biopoder, a qual se torna mais evidente se avaliada a partir da mencionada hipótese de um duplo papel da vida em relação ao poder.

A transição epistêmica de que se origina a vida converte-se, assim, no terreno de que se eleva o biopoder, e as considerações iniciais de Foucault a respeito da noção de vida tornam-se a base de sua reflexão posterior acerca da biopolítica. Desse modo, não apenas o tema do biopoder figura já em seus primeiros escritos como também o tema da vida, presente em seus textos iniciais, fundamenta sua subsequente análise do biopoder. Como destaca Antonella Cutro em *Biopolítica – storia e attualità di un concetto*: “Já em *Nascimento da Clínica* Foucault nota como o desenvolvimento da instituição hospitalar acompanha-se de um sonho de governo dos viventes” (CUTRO, 2005, p. 10, tradução nossa). É no campo médico-hospitalar – como explica também Laura Bazzicalupo ([2010] 2017, p. 42) em *Biopolítica* – um mapa conceitual – que Foucault inicia a análise “tanto da potência produtiva, positivizante do poder sobre a vida, como daquela enigmática ambivalência entre norma interna e normalização que está no âmago da biopolítica”.

O fim da idade clássica e, conseqüentemente, o início da modernidade, objetos da análise de Foucault na forma de uma arqueologia dos saberes, serão em certa medida obliterados por seu novo interesse, não mais o nascimento da vida na cesura epistêmica do século XIX, nos discursos, entre outros, de Xavier Bichat (1771-1802) e Georges (1769-1832) Cuvier, também não a passagem epistêmica para a economia ou para a filologia, Foucault volta sua atenção cada vez mais para a racionalidade governamental que espelha esses novos saberes. A vida transita entre o conteúdo das definições propostas por uma biologia até a adoção de sua dinâmica pelas tecnologias de governo, que se voltam para a população tomada como corpo coletivo e regulada como um organismo vivo que se deve manter numa espécie de homeostase.

Dessa forma, a arqueologia dos saberes de uma certa época, para a qual se volta Foucault ao longo da década de 1960, abre progressivamente espaço para uma abordagem mais explícita do poder e de suas relações com o saber. Inicia-se, por volta do início da década de 1970, o assim chamado período genealógico da obra de Foucault, em que ele desloca “a leitura ‘horizontal’ das discursividades, para uma análise vertical – orientada para o presente – das determinações históricas de nosso próprio regime de discurso” (REVEL, 2005, p. 17). A genealogia não deve ser compreendida como uma ruptura em relação à arqueologia, a passagem de uma à outra envolve uma ampliação do campo de investigação para incluir, de maneira mais precisa, o estudo das práticas discursivas e para

analisar o saber em termos de estratégias de poder.⁹

Nessa passagem entre arqueologia e genealogia, a questão da vida mantém sua função cardeal. Ao voltar-se para a transformação na racionalidade de poder que começa a ganhar corpo a partir do século XVII – e que decorre em larga medida da elaboração de um conhecimento médico-biológico –, Foucault lança luz sobre o modo como se relacionam vida e poder. Ao considerar o modo como a vida foi elevada ao centro das ações governamentais, Foucault revela o entrelaçamento entre a emergência da noção de vida e as transformações do poder, entre o surgimento da biologia e o nascimento do biopoder, bem como entre o aparecimento da economia política e o avanço do saber médico. O desenvolvimento da biopolítica, afinal, vincula-se estreitamente ao conhecimento médico-biológico de princípios do século XIX. A vida, como sugerem Maria Muhle (2021) e Manuel Mauer (2015), é simultaneamente objeto e modelo da racionalidade biopolítica de poder. Desse modo, a passagem do poder soberano ao biopoder envolve a vida duplamente: por um lado, torna-se a vida o objeto de uma política de incremento, por outro, o equilíbrio dinâmico que na vida se estabelece entre autotransgressão e autoconservação se torna paradigma de governo, a homeostase do organismo vivo se transforma em modelo para regulação da população como corpo coletivo, como corpo da espécie.

No primeiro volume de *História da sexualidade* (1976), Foucault define o biopoder em oposição ao poder soberano. Ao passo que este é caracterizado por Foucault como um poder de “causar a morte ou deixar viver” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 149), aquele se desenvolve a partir do século XVII e é caracterizado como um poder de “causar a vida ou devolver à morte” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 149). Segundo Foucault: “A velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 150). Se no regime soberano a vida é apenas aquilo que escapa ao poder de fazer morrer, a vida no biopoder se torna o elemento central, e a morte apenas a fronteira necessária¹⁰. O poder de morte que caracteriza a soberania

⁹Arqueologia e genealogia, como nota Edgardo Castro em *Diccionario Foucault – temas, conceptos y autores* (2018), apoiam-se sobre um pressuposto comum: escrever a história sem remetê-la à instância fundadora do sujeito. Existe nisso, como nota Mauer (2015, p. 16, tradução nossa), uma herança nietzscheana: “O homem deve ser concebido não como fundamento de um discurso de legitimação da soberania, mas como um produto de uma série de dispositivos de poder que investem sua corporalidade”.

¹⁰O poder soberano exercia-se como “instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas” (FOUCAULT, 2017, p. 146). O soberano, como explica Foucault, “só exerce [...] seu direito sobre a vida exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir”

é deslocado por um poder que se volta para a vida e seu contínuo incremento. Pela primeira vez na história, como explica Foucault, “o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 154).

Essa nova racionalidade de poder é bipolar, e seu primeiro polo (poder disciplinar ou anatomopolítica) se desenvolve, segundo Foucault ([1976] 2017, p. 149-150), a partir do século XVII. Trata-se de uma forma capilar de poder, que se volta para o indivíduo, para o crescimento paralelo de sua utilidade e de sua docilidade. É uma modalidade de poder mediante a qual o poder político e os poderes em geral logram tocar os corpos, vincular-se a eles, considerar os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras (Foucault, [1973-1974] 2006, p. 50). O poder que emerge das disciplinas é pragmático, tanto em sua gênese quanto em seus procedimentos: a repartição dos indivíduos no espaço, sua constante vigilância e, finalmente, a constituição de um arquivo sobre cada um deles são algumas das constantes desse poder. Ao lado dessa arte do corpo humano, junto a essa anatomia política do detalhe que é o dispositivo disciplinar, Foucault esboça, em *Surveiller et Punir* (1975), a ideia de uma “biopolítica da população”, à qual se voltaria mais atentamente no primeiro volume de *História da sexualidade* (1976).

Esse segundo polo do biopoder começa a desenvolver-se a partir de meados do século XVIII e se volta não para o corpo dos indivíduos, mas para o corpo da população. É um poder que almeja entender e regular “os problemas da natalidade, da longevidade, da saúde pública, da habitação e da migração” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 140), *i.e.*, as múltiplas questões relativas à população. Esta é tomada como corpo coletivo, e os corpos individuais, objetos privilegiados do poder disciplinar, “são recolocados nos processos biológicos de conjunto” (FOUCAULT, [1975-1976] 2016, p. 210). A biopolítica, como explica Foucault, “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, [1976] 2017, p. 150). A articulação dessa racionalidade de poder supõe um

(FOUCAULT, 2017, p. 146). É um poder negativo, que se transforma radicalmente a partir do século XVII. “O ‘confisco’ tende a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas” (FOUCAULT, 2017, p. 146). A nova racionalidade de poder destina-se a “produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, *VS*, p. 146).

conhecimento acerca dos viventes e, na conjuntura epistêmica em que emerge a biopolítica, esse conhecimento é formulado pela medicina e pela biologia que se desenvolvem entre meados do século XVIII e início do século XIX. O biopoder se volta, portanto, simultaneamente para o indivíduo e para a população, a qual constitui o elemento central da racionalidade biopolítica de poder.

É importante notar que essas duas modalidades de poder apresentam diferenças cruciais que serão consideradas por Foucault nos cursos realizados no *Collège de France*. O poder disciplinar, segundo Foucault ([1977-1978] 2008, p. 75), é um poder que atua por meio de uma normação, parte-se de uma norma para estabelecer o que é normal ou anormal. Na biopolítica, esse modo de funcionamento altera-se profundamente. Conforme Foucault, tem-se neste caso “um sistema que é [...] exatamente o inverso do que poderíamos observar a propósito das disciplinas” (FOUCAULT, [1977-1978] 2008, p. 82), não se parte mais da norma para estabelecer o que é normal ou anormal, parte-se do normal, de uma identificação das diferentes curvas de normalidade para, apenas então, estabelecer-se a norma¹¹.

O dispositivo de segurança, portanto, é diferente do dispositivo disciplinar, ele permite enquadrar a aleatoriedade da população numa mecânica de governo. A tecnologia disciplinar supõe uma norma prévia, uma norma que prescreve. A tecnologia de segurança, por sua vez, não visa a ajustar a realidade de acordo com padrões preestabelecidos, em vez disso, toma a realidade como norma, como distribuição estatística de eventos, como taxa média de doença, de natalidade, de mortalidade, etc. As tecnologias de segurança não estabelecem uma fronteira definitiva entre o permitido e o proibido, antes especificam um ponto ótimo numa gama de variações. Como explica Muhle ([2014] 2021, p. 313): “O processo de normalização abrange a vida em sua própria realidade, isto é, em sua multiplicidade vital como uma entidade autorreguladora e autocriativa cuja dinâmica imanente resulta dos permanentes desvios das situações ‘normais’”.

O surgimento da biopolítica¹² vincula-se não apenas à emergência da fi-

¹¹Importa notar que em *Os anormais* (1974-75) Foucault sublinha a importância das ideias desenvolvidas por Canguilhem em *O normal e o patológico* (1966), em que se faz referência a um processo geral de normalização social, política e técnica que ganharia corpo a partir do século XVIII e que revelaria seus efeitos no campo da “educação, com suas escolas normais; da medicina, com a organização hospitalar; e também no domínio da produção industrial. [...] processo geral de normalização, no curso do século XVIII, multiplicação dos seus efeitos de normalização quanto à infância, ao exército, à produção, etc.” (FOUCAULT, 2001, p. 61)

¹²Para uma definição mais minuciosa da noção de biopolítica, cf. “Vida e política – um olhar sobre a pandemia” (DE

gura da população – “população que Darwin pôde mostrar que era, de fato, o elemento através do qual o meio produzia seus efeitos sobre o organismo” (FOUCAULT, [1977-1978] 2008, p. 101) – mas também ao surgimento da noção de meio¹³ – “noção que, em biologia, só aparece [...] com Lamarck” (FOUCAULT, [1977-1978] 2008, p. 27). A população, conforme Foucault, diz respeito a “tudo que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público. [...] todo um campo de novas realidades [...] que são, para os mecanismos de poder, [...] o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” (FOUCAULT, [1977-1978], p. 99). Tomada como conjunto biológico, a população é submetida a uma constatação de regulação, que visa a “algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, [1975-1976] 2016, p. 209). Essa regulação deve ocorrer a partir de *intervenções no meio*, que, como nota Foucault, permitem atingir os indivíduos não como um “conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias” (FOUCAULT, [1977-1978] 2008, p. 28), com ocorre no poder soberano, nem como uma “multiplicidade de organismos vivos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina” (Ibidem), mas como uma “multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (Ibidem).

A nova racionalidade de poder, como observa Bazzicalupo, “toma emprestadas as suas categorias da epistemologia biológica e médica da segunda metade do século XIX” (BAZZICALUPO, [2010] 2017, p. 56). É através do meio que a população se torna permeável às estratégias de poder. Estabelece-se, assim, uma relação positiva com a população, em que o objetivo é o incessante incremento da vida sob o símbolo da produtividade. O conhecimento biológico, como nota Bazzicalupo, “fornece à lógica de governo modelos de adaptação ao ambiente e sugere que esse último possa ser modificado para mudar os corpos e torná-los mais produtivos” (BAZZICALUPO, [2010] 2017, p. 57). Não é a vida propriamente que se torna objeto do biopoder, mas “o vínculo biológico do vivente (a população) à materialidade no interior da qual ele existe, isto é, sua constituição híbrida que oscila entre a dimensão biológica, natural, vivente, e a permeabilidade a uma manipulação artificial, social e material no interior do meio” (MUHLE, [2014] 2021, p. 317, tradução nossa). A vida torna-se

CONTI, 2021b), “Vida e poder – reflexões acerca da pandemia atual” (DE CONTI, 2020) e “Biopolíticas - itinerário de um conceito” (DE CONTI, 2021a),

¹³O meio, segundo Foucault, “é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomeração de casas, etc.” (FOUCAULT, 2008, p. 28).

governável nesse cruzamento entre o natural e o artificial – entre o orgânico (vivente) e o inorgânico (físico) – que caracteriza a população e o meio¹⁴.

Essa vida, como observa Muhle ([2014] 2021, p. 310), deve ser entendida “em um duplo sentido como *objeto* das técnicas pós-soberanas de poder e, em sua dimensão dinâmica, como seu *modelo operacional*” (MUHLE, [2014] 2021, p. 310) ou, como afirma Manuel Mauer (2015, p. 11) em *Foucault et le problème de la vie*, o biopoder é um poder que tem a vida como fim, objeto e modelo. Conforme Muhle:

As técnicas biopolíticas participam no momento preciso de redefinição da noção de vida. Elas não se “confrontam” com uma vida que existe para além de suas históricas constelações de poder-saber, antes, elas “invadem” uma vida que é saturada por essas próprias técnicas e constelações, uma vida correlativa, que, conseqüentemente, carece de um estatuto ontológico, uma vida que é indeterminada e aberta a determinações e normalizações a partir de fora: uma vida híbrida, natural-artificial. Por conseguinte, não são apenas as condições de possibilidade de uma *biologia* que surgem por volta de 1800, mas também as condições de possibilidade de uma biopolítica. (MUHLE, 2021, p. 317)

As técnicas biopolíticas “adotam a lógica interna da vida como modelo de sua própria dinâmica”, “adotam o funcionamento vital dos processos da vida como seu modelo e os exteriorizam nas normas sociais” (Muhle, 2021, p. 311), imitam a dinâmica da vida, que “produz normas com seu incessante movimento de adaptação” (BAZZICALUPO, [2010] 2017, p. 63). A hipótese de uma dupla função da vida se justifica sobretudo pelas considerações de Foucault a respeito do tratamento da varíola e do combate à escassez alimentar. A variolização e as medidas adotadas para enfrentar as crises de fome evidenciam não apenas a confluência de biopolítica e liberalismo e o alicerce médico-biológico da política em curso como também revelam em que sentido a vida se torna modelo do biopoder. Em ambos os casos, o esquema biopolítico envolve tanto um abandono das estratégias de anulação total dos acontecimentos indesejados como

¹⁴A nova racionalidade de poder “abarca tanto o aspecto autopreservador dos processos vitais quanto o aspecto transgressivo e os inscreve incessantemente, através da interação com o meio, nos esforços biopolíticos de constituição de uma população ‘boa’” (MUHLE, [2014] 2021, p. 317).

uma tática de deixar que os fenômenos se desenvolvam por si próprios e por si próprios se anulem.

A variolização, como observa Muhle ([2014] 2021, p. 312), parte do acontecimento em sua própria realidade e incorpora a dinâmica de seu objeto de referência. O tratamento vincula-se duplamente às investigações estatísticas, que fornecem dados sobre quais grupos da população apresentam maior risco bem como dados acerca do sucesso da campanha de inoculação, que se reflete na taxa de mortalidade. A variolização, segundo Foucault ([1977-1978] 2008b, p. 78), “não procurava tanto impedir a varíola quanto, ao contrário, provocar nos indivíduos que eram inoculados algo que era a própria varíola, mas em condições tais que a anulação da doença podia produzir-se simultaneamente à vacinação”. Essa estratégia de deixar que o fenômeno alcance seus desdobramentos (*laissez passer*) é ainda mais patente no combate às crises de escassez alimentar. De acordo com Foucault ([1977-1978] 2008b, p. 77-78):

Enquanto os regulamentos jurídico-disciplinares que haviam reinado até meados do século XVIII procuravam impedir o fenômeno da escassez alimentar, o que se procurou, a partir de meados do século XVIII com os fisiocratas, mas também com vários outros economistas, foi apoiar-se no próprio processo de escassez alimentar, na espécie de oscilação quantitativa que produzia ora a abundância, ora a escassez, apoiar-se na realidade desse fenômeno, não procurar impedi-lo, mas, ao contrário, fazer funcionar em relação a ele outros elementos do real, de modo que o fenômeno de certo modo se anulasse.

O objetivo de garantir um certo equilíbrio da população deve ser alcançado, portanto, pela aplicação de técnicas da arte liberal de governar. A biopolítica é coeva da emergência da vida e é congênere do liberalismo, são racionalidades sobrepostas que despontam no ocaso da Idade Média. A lógica liberal do *laissez-faire*, isto é, de deixar que os acontecimentos encontrem seu desfecho, que encontrem, portanto, seu próprio equilíbrio, espelha a ideia de uma vida que, em sua oscilação entre autoconservação e auto-transgressão, encontra um equilíbrio dinâmico, “a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, [1975-1976] 2010, p. 209). A eficácia na gestão da população decorreria não de uma ampliação indefinida dos regulamentos, mas da consagração do *laissez-faire*, isto é, da ideia de que a população deve autorregular-se. Trata-se, dessa forma, de uma desarticulação do projeto de

regulamentação indefinida prescrito ao Estado de polícia pela razão de Estado (Foucault, [1978-1979] 2008a, p. 11). Os princípios liberais que devem orientar o governo da população explicitam a necessidade de cercear o ilimitado poder regulamentar antes favorecido pelas elaborações de uma ciência de polícia (*Polizeiwissenschaft*) caso se deseje gerir a população de modo adequado, i.e., em consonância com sua dinâmica “natural”, em conformidade com suas próprias leis.

Fenômenos como as pestes e os flagelos por escassez alimentar não devem, portanto, ser enfrentados como algo a ser extinto, mas como fenômenos a serem regulados a partir de seus próprios desenvolvimentos. Os desdobramentos de uma epidemia ou de uma crise generalizada de fome, por exemplo, oferecem dados estatísticos essenciais para a formulação de uma política que não mais almeja estabelecer um controle estrito sobre os acontecimentos, nem eliminar absolutamente a ocorrência de crises de fome ou de crises epidêmicas, mas antes encontrar uma média aceitável de mortos, um número gerenciável de perdas que devem diluir-se no tempo de maneira a não comprometer o bom funcionamento do mercado. Como explica Maria Muhle, “a biopolítica admite o livre jogo das tendências criativas da vida enquanto possam ser integradas no equilíbrio global da população. Se excedem os limites de integração e ameaçam tornar-se *ingovernáveis*, sua normatividade deve ser reduzida à sua normalidade (MUHLE, 2014, p. 96, tradução nossa). Em outras palavras, a operação governamental do biopoder reduz o potencial normativo da vida ao seu equilíbrio normal caso essa dinâmica normativa ultrapasse os limites aceitáveis para a continuidade dos fluxos comerciais.

Essa leitura ampliada do conceito de biopolítica, que confere à vida um duplo valor em relação ao biopoder, leva-nos inexoravelmente à questão acerca de uma possível “resistência” contra esse poder totalizante, a qual ganha repercussão na obra, entre outros, de Roberto Esposito¹⁵, Maurizio Lazzarato¹⁶, Judith Revel¹⁷ e Antonio Negri¹⁸. A possibilidade de uma “resistência” a esse poder deve ser considerada sem que se perca de vista o caráter elusivo da noção de biopolítica, exemplificado por aquilo que Roberto Esposito denomina de insuperável oscilação entre uma leitura negativa e uma leitura positiva da noção de

¹⁵Cf. R. Esposito, *Bios, biopolítica e filosofia*, Torino, Einaudi, 2004.

¹⁶Cf. M. Lazzarato, “Du biopouvoir à la biopolitique”, in revista *Multitudes*, março, 2000, pp. 45-57.

¹⁷Cf. J. Revel, *Expériences de la pensée. Michel Foucault*, Paris, Bordas, 2005, pp. 220-221.

¹⁸Cf. A. Negri, “El monstruo biopolítico. Vida desnuda y potencia”, in *Ensayos sobre biopolítica*, Buenos Aires, Paidós, 2007, pp. 116-119.

biopoder. Conforme Muhle, essa polaridade da própria noção de biopolítica, essa oscilação entre uma leitura positiva e uma leitura negativa do biopoder, leva tanto a uma interpretação que “premia a vida com um poder intrínseco que resiste ao biopoder” quanto a uma interpretação que “radicaliza o aspecto tanatopolítico na noção de vida nua” (MUHLE, 2021, p. 300, tradução nossa).

Essa radicalização do aspecto tanatopolítico contido no interior do conceito de biopolítica se encontra, segundo Muhle ([2014] 2021), em *Homo sacer: poder soberano e vida nua*, obra de Giorgio Agamben publicada em 1995. Para Muhle ([2014] 2021, p. 305), Agamben “propõe uma interpretação da noção foucaultiana de biopolítica que depende de uma identidade estrutural entre a biopolítica e a forma soberana de poder”. Ele localiza na noção de vida nua o ponto oculto de “intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder” (AGAMBEN, [1995] 2014, p. 14), ou seja, entre o biopoder e poder soberano. Para Agamben, a vida nua é a origem transcendental da política moderna e não haveria, portanto, como observa Muhle (2021, p. 306), qualquer diferença fundamental, a despeito de haver diferenças históricas, entre o funcionamento do poder soberano e do biopoder.

A produção de um corpo biopolítico é, de acordo com Agamben, “*a contribuição original do poder soberano*” (AGAMBEN, 2014, p. 14). Vida nua, sustenta Muhle (2021, p. 306), “é a negação de qualquer qualificação [...], é uma noção transistórica, uma categoria ontológica”. Agamben, como explica a autora alemã ([2014] 2021), elabora uma definição de vida que Foucault, por razões coerentes, omite-se de oferecer. De acordo com Muhle, a indeterminação da noção de vida no pensamento de Foucault é intencional e opõe-se, “por um lado, a uma interpretação da vida como força que a situa para além dos mecanismos de poder e, por outro, a uma reformulação ontológica dessa mesma indeterminação que considera a vida em sua nudez radical” (MUHLE, [2014] 2021, pp. 303-4). Essa indefinição, como ressalta Muhle ([2014] 2021, p. 303-304), “é uma questão metodológica e deve ser levada a sério, uma vez que a acuidade das reflexões de Foucault sobre a biopolítica se deve à própria indeterminação entendida como ‘normalização’ da vida por estratégias de poder-saber”. Agamben, portanto, “em vez de traçar as discontinuidades na sucessão de formas de poder e de saber, [...] pretende revelar o oculto ou invisível elemento que determina, de modo latente, *toda* forma de poder” (MUHLE, [2014] 2021, p. 206).

Essa hipótese de um poder radical *sobre* a vida, que a destitui de qualquer

qualificação e a toma como mera vida biológica, encontra de alguma maneira sua antítese na hipótese de um poder *da* vida que a situa para além dos mecanismos de poder, a qual, por sua vez, faz-se presente na obra de Gilles Deleuze intitulada *Foucault* (1986). Segundo Deleuze: “Quando o poder se torna biopoder, a resistência se torna poder da vida, poder-vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse ou daquele diagrama” (DELEUZE, [1986] 2013, p. 99). Essa hipótese de Deleuze encontra eco nas obras, entre outros, de Roberto Esposito¹⁹, Maurizio Lazzarato²⁰, Judith Revel²¹ e Antonio Negri²². Deleuze, como explica Muhle, ([2014] 2021, p. 319) “afirma [...] a existência de uma força vital que é fundamentalmente resistente e escapa às técnicas biopolíticas”. A vida, desse modo, não seria apenas um resultado das constelações de poder-saber, mas seria também e, sobretudo, o fundamento de uma nova política, de uma biopolítica afirmativa. Como se, frente à captura da vida por constelações de poder-saber, Foucault formulasse a ideia de um poder *da* vida, que seria algo como uma condição ontológica de resistência ao biopoder. Em consonância com Muhle, Mauer considera que essas leituras limitam o pensamento foucaultiano “à maneira do célebre comentário deleuziano, [...] a um certo vitalismo” (MAUER, 2015, p. 12, tradução nossa)²³. Para Muhle ([2014] 2021, p. 319),

Deleuze afirma de maneira explícita a existência de uma força vital que é fundamentalmente resistente e escapa às técnicas biopolíticas: ‘uma força vinda do lado de fora’. Desse modo, ele realiza duas operações [...] inadmissíveis: ele identifica a vida como o suporte ontológico para uma força que resiste e ele localiza essa resistência em um ‘fora’ do poder. Ao fazê-lo, deixa escapar dois pontos cruciais na análise foucaultiana do poder. Deleuze não é capaz de pensar a dinâmica do poder como a imitação (social) ou reconstituição da dinâmica vital (uma vez que essa operação colocaria a resistência vital em perigosa proximidade ao poder). Ele deixa escapar também a ubiquidade do poder pós-soberano, que é uma de suas características principais [...] (MUHLE, [2014] 2021, p. 319)

¹⁹Cf. R. Esposito, *Bios, biopolítica e filosofia*, Torino, Einaudi, 2004.

²⁰Cf. M. Lazzarato, “Du biopouvoir à la biopolitique”, in revista *Multitudes*, março, 2000, pp. 45-57.

²¹Cf. J. Revel, *Expériences de la pensée. Michel Foucault*, Paris, Bordsas, 2005, pp. 220-221.

²²Cf. A. Negri, “El monstruo biopolítico. Vida desnuda y potencia”, in *Ensayos sobre biopolítica*, Buenos Aires, Paidós, 2007, pp. 116-119.

²³Mauer refere-se aqui à seguinte consideração feita por Deleuze em sua obra intitulada *Foucault*: “A força vinda de fora, não se trata de uma certa ideia da Vida, um certo vitalismo em que culmina o pensamento de Foucault? A vida não é essa capacidade de resistir da força?” (DELEUZE, 2004, p. 98, tradução nossa).

A vida, como vimos, emerge como instância da figura moderna do homem, ela “carece de qualquer status ontológico e é ela mesma ‘produzida’ pela constelação de poder-saber” (MUHLE, 2021, p. 302, tradução nossa): a arqueologia foucaultiana revela como a noção moderna de vida se vincula estreitamente à figura moderna do homem que Foucault busca superar desde seus escritos iniciais. Ao ancorar-se a resistência ao biopoder na própria vida, estabelece-se uma definição de vida como poder vital que Foucault, por razões coerentes, jamais ofereceu. Foucault, como observa Muhle (2021, p. 302), opera com uma noção de vida que ele não determina porque se trata de um correlato de técnicas e estratégias de poder e de saber.

Foucault jamais irá ancorar suas considerações a respeito da resistência numa ontologia do vital, e uma das razões para isso, como observa Mauer (2015, p. 41), é a origem da vida na ruptura epistêmica que ocorre a partir de meados do século XVIII. Além disso, como nota Muhle ([2014] 2021, p. 321), uma possível resistência ao biopoder não poder ser perguntada “fora da análise do poder”, porque “não há fora do poder” para Foucault. Como a autora nos recorda ([2014] 2021, p. 321), Foucault, em entrevista concedida a Jacques Rancière em 1977, diz-nos:

Não há relação de poder sem resistência; estas são as mais reais e eficazes, uma vez que se formam lá mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não precisa vir de outro lugar para ser real, nem é ela inexoravelmente frustrada por ser a compatriota do poder. Ela existe tanto mais por estar lá onde está o poder; portanto, como o poder, a resistência é múltipla e pode ser integrada às estratégias globais (FOUCAULT, [1972-1977] 1980, p. 142; *apud* MUHLE, [2014] 2021, p. 321).

Se Mauer (2015) e Muhle (2021), por um lado, compartilham uma crítica à oscilação entre uma leitura positiva e uma leitura negativa da noção de biopolítica, i.e., uma crítica às leituras que conferem um estatuto ontológico à vida, seja como vida nua ou como potência vital, por outro, distanciam-se no que diz respeito à possibilidade de alguma forma de resistência ao biopoder. Ao passo que, para Mauer (2015, p. 40), a ideia de um poder vital que resiste ao biopoder deságua inescapavelmente na questão acerca da possibilidade de uma vida que escape à sua captura no interior da figura moderna do homem, para Muhle

([2014] 2021, p. 318), o que mais importa é perceber que a normatividade da vida não é exterior às estratégias de poder e, portanto, “não pode propor um ‘fora do poder’ como sugerem algumas das recentes interpretações da noção foucaultiana de biopolítica”. Para a autora, que aborda essa questão de maneira bastante breve no artigo “Uma genealogia da biopolítica: a noção de vida em Canguilhem e Foucault”:

A resistência ao poder não deriva de uma teoria da exclusão social, mas é ela mesma uma ‘teoria’ no sentido foucaultiano: uma ‘prática não-totalizante, local e regional’, uma ‘*prise de parole*’ daqueles expostos às relações de poder. Essas ‘palavras [*paroles*] compreendidas como contradiscursos ou contracondutas podem desestabilizar as condições sensíveis de visibilidade e de dizibilidade, ou, antes, a determinação e restrição dessas condições [...]. E elas irão reabilitar um estágio da política em que a suposta naturalidade das constelações de poder e de saber são expostas e possivelmente desconstruídas. (MUHLE, 2021, p. 321)

Manuel Mauer (2015), por sua vez, observa que, a despeito da recusa de ancorar a ideia de resistência numa ontologia do vital, Foucault pensa a resistência ao biopoder a partir de uma certa tematização da vida, que será redefinida a partir da noção grega, integralmente ética, de *bíos*. A ideia de uma resistência aos poderes e saberes sobre a vida exigiria assim a introdução de um importante deslocamento conceitual em relação à noção de vida, afastando-a de toda referência biológica ou ontológica. Esse desafio, como observa Mauer (2015, p. 11), permitiria reconhecer a existência de duas noções distintas de vida nas análises foucaultianas:

1/aquela moderna, biologizante, efeito e objeto privilegiado dos saberes e dos poderes a partir do início do século XIX (seríamos tentados a falar da vida como *zoè*, uma vez que se trata de uma vida que, se ela não se reduz ao biológico ou ao orgânico, aparece em todas as suas dimensões – biológica, psíquica, social, sexual, criativa, etc. – como medicamente concebida e gerada); 2/ aquela de origem grega, ética de parte a parte, que diz respeito à relação de uma existência consigo mesma, a partir da qual Foucault buscará pensar um saída possível ao “sono antropológico” (a vida como *bíos*). (MAUER, 2015, p. 11, tradução nossa)

Se, como nota Mauer (2015), as análises de Foucault se voltam inicialmente para a vida como *zoè*, concentram-se posteriormente na noção de *bíos*, que aparece nos textos do filósofo a partir do final da década de 1970. Suas considerações acerca desse conceito seriam, para o autor argentino, uma resposta ao desafio de restabelecer uma certa iniciativa à vida, de abrir um ponto de fuga em relação à moderna superposição entre vida e *zoè*. A noção de *bíos*, todavia, não corresponderia à ideia de uma força vital, remeteria antes a uma vida que, como explica Mauer (2015, p. 14), resulta da relação consigo mesmo, na medida em que esta supõe sempre uma relação agonística, de referência e simultaneamente de desvio, em relação às normas.

Para Mauer (2015), Foucault não ancora uma possível resistência ao biopoder numa ontologia vital, ele não a fundamenta numa vida concebida como potência vital, ele busca antes deslocá-la de toda referência ontológica ou biológica, desviando-a para uma outra temática da vida, redefinida a partir da noção grega de *bíos*, que remete a uma vida que não é “nem totalmente interior nem totalmente exterior às normas. Nem simples natureza, nem puro elã vital, nem homem empiricamente determinado nem sujeito transcendental” (MAUER, 2015, p. 14). Foucault, desse modo, volta-se mais uma vez para a noção de vida, que agora surge afastada de seu conteúdo biológico e ontológico para, interpretada em seu sentido ético, sustentar o esforço de pensar uma forma possível de resistência ao biopoder.

Para Mauer, em síntese, Foucault, voltando-se para a vida, busca desviar-se do humanismo sem torná-la, porém, num novo fundamento nem num amparo da resistência, trata-se afinal de um verso da figura desse mesmo homem. Numa outra vida (*bíos*), porém – que remete a certo modo de vida –, apoiar-se-ia Foucault, como acredita Mauer. Para Muhle, *grosso modo*, Foucault não define vida porque ela não passa de um correlato de constelações de poder-saber (Muhle), e pensar a resistência passa antes por contradiscursos que alterem as condições de dizibilidade e de visibilidade e que não se definam como uma fora do poder, pois não há fora do poder para Foucault.

Reverso da figura moderna do homem, resultado das transformações ocasionadas pelo esvanecimento do campo de visibilidade próprio do reino clássico da representação, a vida “se opõe ao ser como o movimento à imobilidade, o tempo ao espaço, o querer secreto à manifestação visível” (FOUCAULT, 1985, p. 294) De sua emergência na cesura epistêmica que marca o início da moder-

nidade, passando por seu envolvimento nas técnicas de poder, até alcançar seu desdobramento último como *bíos*, a noção de vida serve como mais um fio de Ariadne que nos conduz através do pensamento elusivo de Foucault.

Referências

- AGAMBEN, G. A imanência absoluta. In. ALLIEZ, E. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 169-102.
- _____. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BAZZICALUPO, L. *Biopolítica: um mapa conceitual*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2017.
- CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. 12ª ed. Paris: puf, 2015.
- CASTRO, E. *Diccionario Foucault: temas, conceptos y autores*. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2018.
- CUTRO, A. (Org.). *Biopolítica: storia e attualità di un concetto*. Verona: Ombre Corte, 2005.
- DE CONTI, D. Biopolíticas: itinerário de um conceito. In. CHAIA, J. RODRIGUES, M., TEIXEIRA, M. *Cadernos*. Porto Alegre: editora fi, 2021a, p. 55-79.
- _____. Vida e poder – reflexões acerca da pandemia atual. *Voluntas*. Santa Maria, 2020, v. 11, e.44, p. 1-8.
- _____. Vida e política – um olhar sobre a pandemia. *El banquete de los dioses*, Buenos Aires, n. 8, 2021b, p. 85-104.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: editora brasiliense, 2013.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- _____. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977- 1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- LIOTTA, D. Foucault: Introduction à la critique de l’humanisme. *Humanisme*, Paris, n.293, 2011. p.35-45.
- MAUER, M. *Foucault et le problème de la vie*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2015.
- MAUER, M. *Foucault*. Buenos Aires: La revuelta filosófica, 2021.
- MUHLE, M. Uma Genealogia da Biopolítica: a noção de vida em Canguilhem e Foucault. Tradução de Davi Maranhão De Conti. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v.33, n. 58, 2021.

Recebido: 29/03/2022

Aprovado: 10/04/2022

Publicado: 30/04/2022

